



*Aprovado em
unanimidade*

[Handwritten signature]
30.09.19

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 3/2019

Sessão ordinária realizada em 28 de junho 2019

ACTA N.º 3/2019

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e dezanove, pelas quinze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida por Carlos Manuel São Martinho Gomes e secretariada por Maria do Carmo Nogueira.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros Adelino Pereira, Rogério Hilário, Guilherme Freches, Cristina Guedes, Jorge Garcez, Abel Rodrigues, Jean Barroca e João Carlos Leitão que justificaram atempadamente a sua falta e foram substituídos, respetivamente, pelos membros João Paulo Belchior, Aires Proença, Catarina Gavinhos, António Fiúza, Maria de Fátima Padez, Juvenal Castanheira, Ricardo Jorge Silva e Carlos Jerónimo. Faltaram ainda os membros Vítor Martins, Luís Gavinhos, Cláudia Pereira e Susana Salvado. Os Presidentes de Junta de Freguesia de Soalheira e Três Povos foram substituídos pelos seus representantes legais.

Relativamente ao Executivo Municipal não houve faltas.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

ORDEM DE TRABALHOS

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)

- Aprovação da ata nº2 (29-04-2019)
- Intervenção dos Grupos Municipais e dos Membros Independentes para apresentação de moções e recomendações/Declarações Políticas.
- Votações.

Período da Ordem do Dia (POD)

1. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);

2. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação das Contas Consolidadas do ano 2018", nos termos do disposto na alínea l) do nº2, do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

3. Apreciação e votação da Proposta - Transferência de competências para as autarquias locais no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, para o ano de 2019 - Diploma Setorial da Educação (D.L. nº 21/2019, 30.01);

4. Apreciação e votação da Proposta - Transferência de competências para as autarquias locais no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, para o ano de 2019 - Diploma Setorial da Saúde (D.L. nº 23/2019, 30.01);

5. Apreciação e votação da Proposta - Declaração de Interesse Municipal e Redução de IMT – Green Donation, Lda", nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

Propostas para apreciação/Discussão Pública

6. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação das alterações ao Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes do Fundão", nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/13 de 12 de setembro;

Período de intervenção do Público – nº 2 do artigo 20º e Artigo 21º do Regimento da Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa em Exercício – Após cumprimentar todos os presentes, informou que o Senhor Presidente da Mesa estava um pouco atrasado numa reunião em Coimbra. De seguida colocou a votação a ata nº 2/2019. O membro José Pina disse que na página 5 se faz menção a "duas moções idênticas relativas ao transporte de matérias perigosas no Túnel", quando na realidade se trata de moções relativas ao uso do Glifosato, o que deve ser corrigido. Relativamente ao mesmo assunto também não consta o resultado da votação dessa moção nem a sua intervenção sobre a passagem de matérias perigosas no Túnel. O Senhor Presidente da Mesa disse que ia verificar o que se passou para ser corrigido. Colocada à votação com as alterações introduzidas pelo membro José Pina, a ata foi aprovada por maioria com 1 abstenção do membro Carlos São Martinho, Presidente da Mesa em Exercício, por não ter estado presente.

Carlos S. Martinho Gomes – Aproveitou a oportunidade para agradecer as palavras de solidariedade que lhe foram dirigidas na última assembleia municipal, pelo falecimento de sua mãe.

quem

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)

Paulo Silveira – Cumprimentou todos os presentes e apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Luís Cerdeira Reis, que se junta à presente ata como Anexo 1. Colocado a votação foi aprovado por unanimidade, após o que foi guardado 1 minuto de silêncio.

Carlos Jerónimo – Após os cumprimentos fez uma intervenção que se junta à presente ata em anexo 2. Manifestou a sua preocupação relativamente à recente visita à câmara municipal pela Polícia Judiciária relativa a uma investigação do processo “Rota Final”. Segundo a comunicação social, foram visitados 18 municípios, através de uma investigação e atuação que só consegue denominar de “espetáculo mediático”, já que a comunicação social divulgou com antecedência as diligências a efetuar por aquela polícia. Esta situação criou algum alarme na população e depois chegou-se à conclusão que a Câmara Municipal do Fundão não tem nada a ver com isto, já que nem sequer tem contratos com a empresa associada à investigação, a TRANSDEV. Na sua opinião, o município do Fundão foi incluído neste processo de forma gratuita, pelo que solicita ao Senhor Presidente que informe de forma mais detalhada o que se passou, já que num Estado de Direito a presunção de inocência é um valor capital, e não lhe parece admissível o espetáculo montado. Ninguém nesta câmara municipal foi constituído arguido, alarmaram-se as populações, empolou-se e manchou-se o poder local em geral, o que lamenta. Relativamente à Central de biomassa, disse que o PSD do Fundão se congratula com a aposta estratégica feita pela câmara municipal neste investimento, numa altura em que a limpeza das florestas e a recolha da biomassa é considerada fundamental. A questão do ruído e libertação de poeiras é uma preocupação, sendo impensável que aquele projeto não tenha sido desenhado sem ter em atenção as normas ambientais do nosso País e do espaço comunitário. Para tirar dúvidas sobre o impacto ambiental, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse o que se está a passar.

José Pina – Cumprimentou todos os presentes e, relativamente à central de biomassa, disse que o seu grupo acompanhou o processo desde o primeiro momento e tem verificado no local de dia e de noite o que se está a passar. Existe uma preocupação e é natural que as pessoas se sintam prejudicadas no sossego a que têm direito. Importa também garantir que do ponto de vista ambiental tudo seja legal ou até que se vá um pouco além, já que por vezes o que é legal pode ser muito pouco. Quer relativamente às poeiras ou ao ruído era bom que tudo funcionasse sem incomodar ninguém. Este investimento tem interesse nacional e regional, mas não vale tudo, sendo necessário que todos os envolvidos tenham o seu sossego e bem-estar. Apelou ao Senhor Presidente da Câmara para que tenha mão bem firme neste processo e não vacile. Lembrou que na sessão da assembleia de 29/6/2018, foi levantada uma questão relacionada com o preço da água cobrada pela Aquália. Nessa altura colocaram-se ao Senhor Presidente três questões: em que ponto se encontrava a renegociação com a Aquália, qual o valor da taxa interna de rentabilidade acionista em vigor e onde e de que forma foram realizados os investimentos que a concessionária estava obrigada a efetuar que rondariam os 8 a 10 milhões de euros. Na altura o Senhor Presidente não respondeu à segunda nem à terceira questão, limitando-se a responder um pouco ao ponto em que se encontrava a renegociação. Passados dois anos, embora a renegociação seja sempre uma prioridade para o Senhor Presidente da Câmara, nada se sabe pelo que pergunta novamente qual o ponto de situação, se há ou não evolução na renegociação e qual a resposta às outras questões. De seguida deu conhecimento de que, num estudo efetuado pela Associação de Famílias Numerosas, o Fundão se encontra na posição 286º no índice de equidade de acesso e preço de água. Relativamente à última assembleia municipal o Senhor Presidente da Câmara considerou um lapso a questão do quadro de pessoal e os concursos lançados, tendo em conta a especificidade de algumas das licenciaturas exigidas para determinados cargos, pelo que pergunta se esse lapso já foi corrigido ou não. Finalmente, falando da cereja do Fundão, considerou que o registo da marca é uma mais-valia, mas está a trazer preocupações. Louva-se a aposta do município, mas levanta-se o facto de ser uma única entidade a comercializar a marca, exigindo aos outros produtores o pagamento de 150 € por hectare para a poderem usar. Na sua opinião o dinheiro envolvido na divulgação da “**cereja do Fundão**” é municipal e deve abranger quem comercializa e

essencialmente quem produz. A palavra “Fundão” deixou de aparecer em muitas caixas porque os produtores não querem pagar. Assim, solicita ao Senhor Presidente da Câmara que sirva de intermediário no sentido de se encontrar uma solução de equilíbrio entre quem comercializa e quem produz.

António Fiúza – Apresentou os seus cumprimentos e fez a intervenção baseada no documento anexo à presente ata com o nº 3. Apresentou também uma moção (Anexo 4 à presente ata) sobre o “Risco ambiental no Cabeço do Pião”.

Luís Lourenço – Cumprimentou todos os presentes e fez uma intervenção que se junta à presente ata como Anexo 5.

Cristiano Gaspar – Após os cumprimentos a todos, disse ter tomado recentemente posse do cargo de membro da assembleia municipal com plena consciência pessoal, sobretudo para garantir os interesses da população em geral, independentemente do seu sentido de voto ou cor política, sendo essa a postura que tentará pautar nesta assembleia municipal. Continuando, disse louvar a postura da CDU nesta assembleia relativamente à investigação da Polícia Judiciária, já que fez o que devia fazer, ou seja chegar ao órgão próprio, perguntar, pedir esclarecimentos, sem causar qualquer tipo de alarme social. Sobre a central de biomassa disse ser importante existir um equilíbrio entre os proveitos e os danos ambientais e entre os proveitos sociais e económicos. Não é possível, a curto prazo, proceder a uma transição energética completa, pelo que é necessário encontrar patamares intermediários que garantam a produção de energia com o menor dano às populações. A central de biomassa é um desses casos, já que funciona sem qualquer consumo de combustíveis fósseis. O dano ambiental resume-se ao ruído e às poeiras e não é do interesse de nenhum partido ou membro da assembleia municipal que se coloquem os interesses da empresa à frente dos interesses dos cidadãos. Temos de respeitar a liberdade das empresas e dos cidadãos, procurando fazer cumprir o que é suposto ser cumprido. Não é justo espalhar o pânico pelas pessoas nem passar a ideia de que há partidos e políticos mais amigos das pessoas que outros. Não é alimentando a revolta social que se consegue combater essas problemáticas, pelo que deve haver uma ponderação dos interesses em jogo e conseguir-se assim dirimir os problemas.

Manuel Malícia da Trindade – Depois de apresentar cumprimentos falou da moção aprovada na última sessão relativa ao uso do Glifosato, considerando que todos queremos melhorar as coisas em termos ambientais mas não se pode ter “sol na eira e chuva no nabal”. É tudo muito lindo mas esquece-se a componente financeira associada com uma decisão como a que aqui foi tomada, dizendo que 1 litro de herbicida custa 3 euros, mas esse produto mais amigo do ambiente cada litro custa 24 euros! Na sua opinião, na mesma moção devia ter sido proposto que o dinheiro recebido por todos os membros nas sessões da assembleia de produtores servisse para financiar os custos com o produto mais caro. De seguida leu um artigo publicado na revista Visão, intitulado “O Ambientalista Simplório” (Documento nº 6 anexo à presente ata).

Período da Ordem do Dia (POD)

1. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)

Catarina Gavinhos – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como Anexo 7.

Pedro Mesquita – Cumprimentou os presentes e afirmou que a construção da ETAR de Vales de Peroviseu vai permitir acabar com os esgotos a céu aberto ao fim de 33 anos de luta, agradecendo por isso o esforço que o município ali fez. Agradeceu também ao Eng.º Carlos Jerónimo o empenho e acompanhamento de todo este processo, permitindo que as coisas corressem bem. Também agradeceu à cidadã Deolinda Silva que cedeu o terreno onde a ETAR está instalada. Finalmente congratulou-se com a integração da freguesia de Peroviseu no roteiro de arte urbana, numa parceria entre o município e a EDP.

Carlos Jerónimo – Congratulou-se com a assinatura do protocolo com a REN, que vai permitir um investimento de 30 milhões de euros no nosso concelho na zona de Carvalhal/Valverde, permitindo também a construção a custos da REN de uma ligação da povoação de Carvalhal à Zona Industrial do Fundão. A

reabilitação do Colégio de Santo António já se iniciou e dentro de 1 ano a obra vai estar terminada. As obras na Secundária do Fundão também se encontram em bom ritmo e dentro do planeamento previsto. Foi também assinada a consignação das obras de requalificação da zona Industrial do Fundão, cujo valor é de 600.000 €, que consiste na requalificação de passeios, infraestruturas e pavimentos rodoviários. A requalificação do pavimento da Rua cidade da Covilhã também vai ser uma realidade, bem como a requalificação da EN 238 entre o Fundão e o Souto da Casa (custo de 309.000 €). Também já terminaram as obras de requalificação de algumas estradas na zona sul do concelho no valor de 240.000 €, nomeadamente em Alpedrinha, Enxames, Vale de Prazeres e Mata da Rainha, que permitiu a requalificação de alguns troços que se encontravam muito deteriorados. Acha que não se devem extremar posições relativamente às questões ambientalistas, mas imperar o bom senso já que temos de aproveitar alguns investimentos como foi o caso da plantação das amendoeiras. Parece-lhe que não é por aí que virão os grandes problemas ambientais.

Luís Lourenço – Disse que o membro Carlos Jerónimo confundiu tudo o que foi dito, já que ninguém está contra os investimentos, o que se pretende é levantar antecipadamente questões relativas à possibilidade de constituir aqui uma cultura intensiva, que hoje já se lamenta a forma como está a ser feita por exemplo na zona do Alqueva. Não é depois de tudo estar feito que se vão resolver os problemas. Disse ainda que a informação de fevereiro de que se encontra em execução a requalificação da EN 238 até ao Souto da Casa, mas até à data as obras ainda não se iniciaram.

Presidente da Câmara – Cumprimentou todos os presentes e, relativamente às investigações que o município foi alvo recentemente, disse que embora tenha algumas reservas legais, pode dizer que as instituições têm o dever de investigar, de clarificar e que não é fácil estar-se fora, como foi o seu caso naquele dia, a tratar de assuntos muito importantes para o concelho e receber um alerta a dar conhecimento de uma ação inspetiva por parte da Policia Judiciária, tendo recebido por telefone da Câmara Municipal a notícia que nada estava a acontecer naquele momento, ou seja antes de a ação se realizar já a comunicação social estava informada. No seu entender este não foi o procedimento adequado para quem é alvo destes processos, nem é adequado para a própria investigação. De

repente levantaram-se suspeitas sobre ex-autarcas, autarcas e funcionários num processo muito mal gerido. Em concreto o que estava em questão era uma investigação sobre transportes escolares e a empresa TRANSDEV (Ex Rodoviária Nacional). As carreiras públicas de transporte no concelho do Fundão estão concessionadas á empresa Auto Transportes e à Transdev, mas essa concessão foi feita pelo Estado há alguns anos, sem qualquer interferência direta do município. A partir do próximo ano será a CIM Beiras e Serra da Estrela a entidade com a competência para liderar esse processo, para os próximos 20 anos. Neste momento para as linhas concessionadas pelo Estado, a câmara municipal não pode fazer qualquer concurso ou adjudicação a outra entidade. Esta câmara municipal não efetuou com a empresa alvo de investigação qualquer contrato de transporte escolar ou outro e isso pode ser confirmado por qualquer cidadão na plataforma pública de contratação a que todos têm acesso. A única relação comercial com a empresa TRANSDEV tem a ver com os passes dos transportes dos estudantes nas carreiras públicas, que são emitidos conforme informação prestada pelas escolas e paga pelo município a percentagem respetiva àquela empresa transportadora. Tudo o que são transportes escolares especiais, ou seja das crianças/alunos que não têm acesso às carreiras públicas, a câmara municipal não tem qualquer adjudicação a nenhuma empresa porque tem implementado um sistema de transporte de eficiência coletiva, em grande conetividade com as associações e IPSS do concelho. A forma como as coisas saíram para a opinião pública colocaram todos os municípios no mesmo ponto, na mesma gravidade e depois constatou-se que as coisas não são bem assim, mas entretanto já se alarmou toda a gente e colocou em causa o bom nome de todos. Relativamente à central de biomassa informou que aquela estrutura teve um processo de licenciamento entre os ano 2015 e 2016, com todas as autoridades competentes a pronunciarem-se sobre o processo. As centrais de biomassa são consideradas importantes num País de paisagem florestal como nós temos, micro-propriedades, num problema gravíssimo na limpeza das terras, um problema grave no rendimento dos produtores florestais que não é suficiente para fazer o que é necessário. O modelo associado às centrais de biomassa tem como componente basilar criar um rendimento (cerca de 30 €/tonelada), que permita complementar o esforço e obrigação de limpeza dos espaços florestais e com isso termos uma floresta sustentável e produtiva. Quando o Estado declarou o projeto

de interesse nacional, o município também o fez e aprovou, seguramente que os princípios atrás citados estiveram na base deste processo. O facto de ser considerado de interesse nacional obriga ainda mais ao cumprimento de regras gerais e formais ou até ir um pouco além disso. Neste momento em termos técnicos a central de biomassa está em construção, ou seja ainda não foi emitida a licença de utilização. É também verdade que nesta fase de construção a empresa tem estado a laborar em termos de ruído, em incumprimentos vários, no entanto a câmara municipal já levantou quatro contraordenações e já efetuou sete ações de fiscalização sucessivas. Também se procedeu à notificação da empresa para terminar imediatamente os testes até estarem reunidas todas as condições para funcionarem. Esta notificação já teve algumas consequências, já que se procedeu de imediato à redução dos níveis de pressão utilizados nas caldeiras. Segundo a informação que lhe foi fornecida, o processo de ligação de todo o equipamento também não está terminado. Na última noite a câmara municipal fez mais uma ação de fiscalização ao ruído e embora seja verdade que ocorreu uma diminuição, isso não chega, o que vai fazer com que nas próximas horas a central tenha de parar e só irá reabrir depois de um quadro muito diferente relativamente ao ruído. O nível de tolerância relativamente a este assunto é zero e embora se esteja numa fase de testes, não estava previsto que estes problemas acontecessem. Agradeceu a colaboração dos cidadãos na denúncia das questões relativas a este processo. Agradeceu também aos serviços de fiscalização da autarquia o trabalho realizado, já que muitas noites ali estiveram a desenvolver o seu trabalho. Também agradeceu á GNR que tem acompanhado o processo, o que foi muito importante no desenrolar dos acontecimentos. Terminou dando conta que a central de biomassa para entrar em produção necessita da licença de utilização, tem de possuir certificações obrigatórias emitidas pelas entidades independentes, entre elas a certificação acústica e a relativa às emissões de matérias poluentes. O município também irá acompanhar com os seus meios toda a situação até estar resolvida. Há ainda uma terceira vertente, se o processo chegar a bom porto a câmara municipal quer criar uma estrutura de acompanhamento mais vasta que avalie este processo, que deverá contar com pessoas da câmara municipal, da assembleia municipal, da estrutura florestal e da comunidade residente em redor daquela infraestruturas. De seguida deu conhecimento que a empresa após uma das notificações efetuadas apresentou um pedido de desculpas formal a todos os

Handwritten signature

afetados, prometendo resolver definitivamente todas as questões. Para além da legalidade, a câmara municipal pautará a sua atuação pelo bom senso e com a cooperação de todos acha que a situação será ultrapassada. Mudando de tema disse que não se pode medir o impacto dos projetos agrícolas e florestais com alguma dimensão, só pelo postos de trabalho que criam, porque, se fosse assim, a atividade agrícola não era possível, já que quanto mais tecnologia menos postos de trabalho se criam. No entanto, os postos de trabalho indiretos podem ser muitos mais, nomeadamente na área dos serviços. Informou também que neste momento está em negociação com 28 empresas para se instalarem no concelho do Fundão, pelo que solicita alguma confiança na gestão desses processos. Hoje em dia é tão importante atrair as empresas como criar condições para que exista mão-de-obra qualificada para se poder desenvolver a sua atividade. Está disponível para mostrar todos os contatos efetuados com as empresas, sobre os processos negociais pode dar mais algumas informações, mas com algumas reservas fruto das negociações em curso. Não há qualquer contrato efetuado com o município que não tenha natureza pública. Quanto à “cereja do Fundão” ainda não tem uma delimitação geográfica protegida. O processo de certificação da cereja é uma coisa e a comercialização da mesma é outra. Quando há uma certificação de uma marca passam a existir regras e o município do Fundão durante anos nunca conseguiu registar esta marca. Podemos considerar este como o ano zero de denominação de origem e não quer ver cereja espanhola em caixas de cereja do Fundão, nem a cereja espanhola a fazer concorrência aos nossos produtores. Quanto mais for encharcado o mercado com cereja que não é nossa e utiliza a nossa marca, mais se estão a prejudicar os nossos produtores, embora um ou outro possa ganhar com isso. Daí a importância da certificação, já que se quer proteger para atuar perante quem não cumpre. Também temos de verificar a situação dos postos e locais, onde deve existir um código de valor, porque se ouvem queixas de que uma pessoa compra cereja e que a caixa não é homogénea relativamente à qualidade que lá está dentro, tratando-se de um comportamento que nos prejudica a todos, uma boa notícia multiplica-se por dez, mas uma má notícia multiplica-se por mil. A certificação é uma proteção, quem pediu a certificação foi a única organização de produtores que temos, no caso a CERFUNDÃO. O município acompanhou o processo e faz parte dessa estrutura como fazem muitas outras ligadas à produção de cereja. Todas as empresas

quest

agrícolas têm acesso àquela que é a marca “cereja do Fundão”. O valor dos 150 € por hectare serão depositados numa conta destinada às campanhas de promoção da marca. Na assembleia de produtores da CERFUNDÃO foi decidido destinar o valor de 2 a 3 cêntimos por quilo para pagar a promoção da marca e decidiram também criar uma estrutura autónoma entre a comercialização e a promoção.

2. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação das Contas Consolidadas do ano 2018”, nos termos do disposto na alínea l) do nº2, do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro

Luís Lourenço – Disse que as contas já foram apresentadas e votadas nesta assembleia municipal, tratando-se este documento de um aspeto meramente formal. Ainda assim, relativamente ao parecer que acompanha o documento, fala na dívida com dificuldade de cobrança e de outra situação que tem a ver com a titularidade dos bens da câmara municipal, pelo que desafia a câmara a resolver o assunto de vez. Finalmente perguntou quem é o proprietário do Cabeço do Pião, em Silvaes.

Luís Batista – Cumprimentou todos e afirmou que estas contas são a consolidação das contas individuais. Ressalva-se que a dívida bruta consolidada do grupo ascende a 71,5 milhões de euros e se adicionarmos a dívida às Águas de Portugal o valor chega aos 90 milhões. Por outro lado sobre a questão da dívida da Escola Profissional do Fundão foi dito que a mesma estava em vias de resolução, que iríamos ter notícias brevemente, mas até agora nada, pelo que gostava de saber o ponto de situação. Declarou que, anulando as receitas correntes da empresa Viver Fundão, mencionadas neste relatório, se passa a ter um resultado líquido negativo em 504.000,00 €.

Presidente da Câmara – As contas consolidadas do município têm praticamente duas entidades que valem 99,9% das contas. Há uma terceira entidade que se chama Município que vale 0,001%, o que significa que estamos a falar das contas da câmara municipal e da empresa municipal Viver Fundão. O município do Fundão foi pioneiro a extinguir empresas municipais, passando de 5 para 1. Nos últimos anos a dívida baixou cerca de 30 milhões e a componente do passivo reduziu cerca de 1,6 milhões de euros, continuando-se a fazer essa



redução. O conflito com as Águas dura há quase 20 anos e o resultado desse conflito ver-se-á ainda qual vai ser. A água que os municípios do Interior pagam em alta é bastante mais cara do que em Lisboa e devia ter um preço igual em todo o País, tal como acontece com a eletricidade. Porque é que os municípios do Interior têm de pagar mais? Depois podemos falar da política municipal da água, ou seja o que o município cobra aos munícipes de consumo de água. Na sua opinião não é adequado estar-se a somar à dívida o valor da suposta dívida às Águas de Portugal, já que o processo não está resolvido. Sobre a sustentabilidade da Viver Fundão disse que a empresa é pública e depende do município, prestando-lhe serviços. Sobre a Escola Profissional está-se muito perto da resolução, parte da questão já avançou já que se conseguiu renegociar e criar um modelo em que reduzimos o capital em dívida em cerca de 1 milhão de euros. Neste momento as negociações continuam para se poder resolver o problema das rendas em atraso, esperando que nas próximas semanas se possa chegar a bom porto. Relativamente ao Cabeço do Pião a maior parte das coisas pertence ao município do Fundão, sendo uma pequena parte propriedade da Junta de Freguesia de Silveiras.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 22 votos a favor, 9 votos contra dos membros Catarina Gavinhos, Luís Lourenço, Leonor Santos, José Pina, João Belchior, Mariana Morgadinho, Luís Batista, Marina Nascimento e Ricardo Gaspar e 1 abstenção do membro Juvenal Castanheira.

3. Apreciação e votação da Proposta - Transferência de competências para as autarquias locais no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, para o ano de 2019 - Diploma Setorial da Educação (D.L. n.º 21/2019, 30.01)

Presidente da Mesa – Sugeriu que o Senhor Presidente da Câmara e os membros da assembleia abordassem na sua intervenção este ponto da ordem de trabalhos e o seguinte, já que estão interligados, o que foi aceite.

Presidente da Câmara – A câmara municipal considera que a proposta formulada pela assembleia municipal está adequada aos interesses do município. O Conselho Municipal de Educação considerou também que estando-se a 2 meses do início do próximo ano letivo não seria adequado aceitar-se a competência da

educação neste momento. Na opinião daquele Conselho é muito arriscado passarem-se 150 pessoas para a câmara municipal, adaptar equipamentos, executar contrato em tão pouco tempo, recomendando que isso aconteça só no início do ano letivo 2020/2021. Informou de seguida que o Estado fez uma proposta à câmara municipal que fez uma contraproposta, recebendo recentemente a resposta. Assim, a proposta inicial do Estado era de transferir o valor de 2.400 milhões de euros para o exercício da componente da educação, incluindo a manutenção dos edifícios. Feitas as contas, a câmara apresentou uma contraproposta no valor de 3.400 milhões, que foi como dizer que faltava 1 milhão de euros nas contas do Estado., que não contava com as atualizações salariais que ocorreram recentemente. Por outro lado o valor de 20.000 €/ano para cada centro escolar destinado à manutenção foi considerado muito baixo. Há também os encargos indiretos que não estão a ser contabilizados, já que vai ter de se aumentar a estrutura, a logística, o número de funcionários e dirigentes. O resultado da contraproposta obteve do Estado a resposta que não mudam nada aos valores propostos inicialmente, pelo que vê isto com alguma preocupação porque até ao próximo mês de setembro temos de dizer se aceitamos ou não a competência da educação para o ano 2020/2021. Relativamente à competência da Saúde o valor proposto da tutela foi de 376.000 €/ano, tendo a câmara municipal contraproposto o valor de 602.000 €, atribuindo a diferença ao aumento do número de funcionários e todas as razões mencionadas com a competência da educação. O parque de viaturas na área da saúde praticamente não existe, dando conta que recentemente a câmara municipal teve de adquirir duas viaturas, que colocaram ao serviço do centro de saúde, nos cuidados ambulatoriais. Também na saúde nenhuns valores relativos à logística estão mencionados no contrato, falando-se apenas de algumas instalações com um valor irrisória para manutenção. Assim, propôs que também esta competência não seja aceite porque não estão reunidas as condições para tal. A contraproposta enviada pela câmara não teve resposta até à data. Estamos assim perante um modelo que parece de negociação, mas que disso tem muito pouco.

José Pina – Deu conta da existência de um documento que foi presente à reunião da câmara municipal com a proposta e contraproposta, mas os membros da assembleia municipal não tiveram o merecimento de os ver antecipadamente, havendo aqui qualquer coisa que não bate certo. Disse acreditar no que diz o

Senhor Presidente, da mesma forma que também acredita nos Ministérios em questão, com a agravante que o Senhor Presidente da Câmara tem os documentos mas não os remeteu à assembleia municipal, pelo que não tem sequer a certeza se existem, como se diz “ver para crer”, reiterando que todos os membros da assembleia devem ter acesso aos mesmos.

Luís Lourenço – Relativamente às competências em discussão entende que há um conjunto de aspetos que estão muito melhor salvaguardados se as competências não forem transferidas para o poder local, mantendo-se no poder central, por uma questão de equidade territorial e de garantia do ensino e da saúde pública. Há questões e dúvidas quanto ao financiamento e quanto ao pacote financeiro, que também desconhece porque não lhes foram apresentados. Finalmente questionou qual a razão destas propostas serem apresentadas pela assembleia municipal quando todas as outras tiveram origem na câmara municipal. Perguntou se este assunto foi o não debatido e deliberado na câmara municipal e o que aconteceu para ser diferente dos anteriores.

Presidente da Mesa em Exercício – Deu conhecimento que a data limite para a assembleia municipal se pronunciar era até final deste mês de junho e dado que a câmara fez as contrapropostas sem obter todas as respostas em tempo útil, não restou mais nada à assembleia municipal, para cumprir o prazo fixado, que trazer este assunto a discussão, senão teríamos de acolher as transferências já para este ano letivo (a educação) e 2020 para a saúde. A Mesa resolveu trazer a proposta porque a competência para dizer sim ou não é da assembleia municipal.

Carlos Jerónimo – Disse que o PSD considera as transferências de competências essenciais para a satisfação das necessidades das populações e que os autarcas também o são na prossecução desse fim. São assim a favor que as transferências possam passar para os municípios através do princípio da subsidiariedade, que prevê uma melhor gestão se foram geridas localmente do que a nível nacional. No entanto a questão financeira associada torna-se num entrave ao funcionamento daqueles serviços, pelo que não devem ser aceites enquanto não forem garantidos os meios financeiros necessários para uma gestão eficaz.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 29 votos a favor e 9 abstenções dos membros Leonor Santos,

José Pina, João Belchior, Mariana Morgadinho, Luís Batista, Marina Nascimento, Ricardo Gaspar, Juvenal Castanheira e António Fiúza.

4. Apreciação e votação da Proposta - Transferência de competências para as autarquias locais no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, para o ano de 2019 - Diploma Setorial da Saúde (D.L. nº 23/2019, 30.01);

Após as intervenções efetuadas no ponto anterior e não havendo mais interessados em usar da palavra, foi este documento colocado a votação e aprovado por maioria com 29 votos a favor e 9 abstenções dos membros Leonor Santos, José Pina, João Belchior, Mariana Morgadinho, Luís Batista, Marina Nascimento, Ricardo Gaspar, Juvenal Castanheira e António Fiúza.

5. Apreciação e votação da Proposta - Declaração de Interesse Municipal e Redução de IMT – Green Donation, Lda”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Câmara – Trata-se de uma nova oportunidade para o nosso território, temos oito processos em negociação que têm como base a utilização das substâncias ativas da Canábis para fins farmacêuticos, hoje liberalizada. Esta empresa tem capital espanhol e obviamente tem de cumprir um conjunto de regras para poder funcionar. Está localizada entre a localidade de Telhado e Aldeia Nova do Cabo e vai ocupar uma área de 30 hectares. Em termos de movimento financeiro estamos a falar de 7 milhões de euros e o global dos dossiês a tratar nesta área vai vales mais de 70 milhões de euros.

Luís Lourenço – Agradeceu a informação dada pelo Sr. Presidente da Câmara mas fez questão de deixar bem claro que nós não estamos aqui a aprovar este projeto, estamos pura e simplesmente a deliberar a declaração de interesse municipal e isenção de IMT.

Presidente da Câmara – Confirmou que não estamos aqui a licenciar esta operação, só se está a propor à assembleia municipal que considere este tipo de projetos como estruturantes e que merecem o interesse municipal para o desenvolvimento do concelho do Fundão.

Não havendo mais interessados em usar da palavra sobre este assunto, foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 35 votos a favor e 1 voto contra do membro António Fiúza.

Propostas para apreciação/Discussão Pública

6. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação das alterações ao Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes do Fundão, nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/13 de 12 de setembro;

Ana Leonor Santos – Após os cumprimentos a todos os presentes disse que se está aqui a pedir para apreciar um documento sem terem disponibilizado o regulamento em vigor para comparar. Também não o conseguiu encontrar na página da Câmara Municipal. Por outro lado é importante que o documento sofra uma revisão ortográfica, já que de início ao fim se vai alterando a grafia, entre aquilo que é a grafia anterior ao acordo e a atual em vigor. Informou que as uniões zoófilas e as associações têm lutado no sentido de serem substituídas palavras como “Dono” e “Proprietário”, que também surgem neste documento. Pode parecer uma coisa menor e uma insignificância, mas as palavras não são inocentes, já que nós somos donos e proprietários de coisas, mas os animais de companhia não são coisas. Assim era bom que se considerassem algumas alterações linguísticas que ajudem a promover uma mentalidade diferente. Por outro lado, nos considerandos refere-se a possibilidade de novas valências, nomeadamente a promoção e adoção de animais, pelo que pergunta se essa questão é nova. No artigo 2º na alínea e), na definição do dono ou detentor, quando se fala em “reprodução, criação, manutenção, acomodação ou utilização”, pergunta o que é que se pretende dizer com a “utilização” de animais. Por fim e do que conseguiu ver no regulamento em vigor que hoje lhe foi fornecido, verificou que foram suprimidos dois artigos, um respeitante ao apadrinhamento, que na sua opinião faz sentido, no entanto há outro que cai mas não entende a razão, já que desapareceu a possibilidade do voluntariado no centro de recolha animal, pelo que gostava de saber a razão que justifica isso. Perguntou também o que é que foi feito à verba que o Governo disponibilizou aquando da alteração legislativa que passou a proibir o abate em centros de recolha animal.

quest

Cristiano Gaspar – Disse que não há nenhum valor acima daquilo que é a liberdade de expressão e desde que cada um cumpra os limites da Lei, está tudo bem, pelo que cada um tem o direito de se dirigir às pessoas com a linguagem que bem entenda dentro dos limites atrás mencionados. Disse também que mais importante do que a correção da terminologia, será mais importante analisar a Lei promulgada por este Governo que obriga as câmaras municipais a tomar determinadas providências. Trata-se de uma Lei cega, que apesar de vir acompanhada de um pacote financeiro, o mesmo é escasso para aquilo que é necessário fazer. A partir do momento em que não se podem abater os animais, as câmaras são obrigadas a ficar com eles se mais ninguém estiver interessado em os adquirir e são também obrigadas a tratar da alimentação, tratamento veterinário, acompanhamentos, vacinas, celas específicas para cada tipo de animal. Na verdade é todo um conjunto de despesas para os centros de recolha, só porque alguém no Governo assim decidiu. Corremos o risco de nos reduzirmos ao absurdo relativamente a este assunto, já que não podemos fazer política com muito coração mas com pouca razão, porque isso traz-nos mais problemas de que Portugal já sofre há muito tempo.

Ana Leonor Santos – Disse que as preocupações com os direitos dos animais e com o seu bem-estar são suprapartidárias, não têm nada a ver com PAN, PS, PSD ou outra força política qualquer. Informou que nos termos da legislação aprovada, cabe sempre ao Veterinário avaliar a situação do animal e decidir o que fazer e a Lei não proíbe a eutanásia de um animal que esteja numa circunstância de sofrimento. A Lei foi alterada temos de lidar com ela. A comunicação social fez um balanço relativo ao uso das verbas colocadas à disposição, tendo concluído que uma percentagem significativa das mesmas não foi utilizada. Finalizou afirmando que na sua primeira intervenção sobre este assunto não fez qualquer crítica ao documento, mas apresentou propostas de melhoria do mesmo, considerando que “as palavras significam coisas”.

Presidente da Câmara – Considerou ter havido pouco tempo para adaptação à nova situação e que os apoios são escassos face aos problemas existentes. Informou que os recursos financeiros recebidos foram aproveitados para a

melhoria das instalações do canil, tendo sido também construído um gatil. Fez-se também um programa denominado de cheque/veterinário destinado à esterilização dos animais, protocolado com a Associação Portuguesa de Veterinários. Informou que no Distrito de Castelo Branco só existem dois centros de recolha animal homologados, sendo um deles o do Fundão, o que não é um bom sintoma para os problemas existentes. Disse ainda ser muito importante o voluntariado mas tem de estar capacitado, pois, sendo importantes os afetos é também necessário separar determinadas questões. Se isso não acontecer vão acontecer situações que tornam o trabalho nos centros muito mais difícil. Assim a obrigação de alguma formação para os voluntários é importante para habilitar as pessoas a estar num centro onde não existem só os afetos, mas acontecem situações para as quais devem estar preparados, porque são a realidade do centro.

O Senhor Presidente da Mesa em Exercício informou que este documento ia agora para discussão pública e que passado o prazo da mesma aqui voltaria para apreciação e votação.

Hélder Santos – Cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa poder intervir neste momento uma vez que não o pôde fazer no início da sessão porque chegou um pouco atrasado. Assim, saudou a preocupação da câmara municipal relativamente aos problemas existentes com a central de biomassa, mas solicitou um reforço na fiscalização na recolha de lixos. Inicia-se uma fase problemática com a chegada dos emigrantes e outras pessoas em férias e os problemas vão aumentar, já que a forma atual como a recolha de lixo é feita não está a correr bem. Não se sabe se o contrato de concessão está a ser cumprido, mas se estiver tem de ser revisto e de ser incluída uma adenda ao mesmo que permita minimizar o problema. A realidade mostra que a recolha de lixos domésticos, bem como dos ecopontos não é eficaz, trazendo associadas problemas de saúde pública. Também sabe que nalgumas situações são questões de civismo, mas os que procedem bem não têm culpa dos que não o fazem, sendo de opinião que a fiscalização deve chegar à penalização dos previdadores, com multas. É inadmissível o que se está a passar no concelho do Fundão, tanto por parte de quem recolhe o lixo como dos utilizadores que não usam corretamente os contentores.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Intervieram os seguintes munícipes:

Ângelo Reis – Disse ser o primeiro signatário de uma carta remetida à câmara municipal em 28/08/2017 por vários moradores da Zona da Grameneza – Fundão, onde solicitam a pavimentação urgente do caminho que serve aquela zona. Informou também que relativamente ao mesmo assunto obteve resposta por parte da câmara municipal em 26/9/2019, numa carta assinada pelo adjunto do Senhor Presidente, Eng.º Carlos Jerónimo, onde é informado que o assunto estava em estudo para serem executados os trabalhos. Como até à data nada foi feito solicita informações sobre o andamento do processo. Deu também conta que a EDP está a reforçar as linhas naquela zona e foi informado por um Eng.º da EDP a trabalhar no local que foi solicitada á câmara municipal autorização para a colocação de mais iluminação naquela zona, pelo que espera que a Câmara municipal tenha autorizado essa pretensão de todos os residentes. Informou que os contentores do lixo naquele local estão localizados muito longe das habitações, no seu caso mais de 500 m, pelo que acha necessário ali colocar mais contentores.

Márcia Ascensão – Disse residir também na zona da Grameneza há pouco tempo, mas também lhe está a causar mutos problemas o facto dos caminhos de acesso não estarem pavimentados. Para além disso o acesso à sua casa tem tido pouca ou nenhuma manutenção o que faz avolumar os problemas. O Inverno aproxima-se, pelo que espera que até lá seja dada uma resolução definitiva a este assunto. Vive no Fundão por opção, todos pagam os seus impostos, merecem ser tratados de igual forma e ter condições para aqui continuar a sua vida.

José Almeida – Disse estar ali na qualidade de diretor do Hotel Alambique, em representação do empresário e proprietário do investimento. Informou, como todos sabem que as instalações do Hotel Alambique estão localizadas muito próximas da central de biomassa. Ficou muito satisfeito com as explicações hoje dadas pelo Senhor Presidente da Câmara, mas tem de deixar aqui as preocupações da empresa relativamente ao futuro. Trata-se de uma empresa

sediada no Fundão há mais de 30 anos, que representa muitas dezenas de postos de trabalho e mais de 100.000 dormidas por ano. Este investimento não pode ser posto em causa em prol de outro, sendo muito importante que se garanta por parte do município, que essa perseverança e preocupação com a fiscalização da situação e com a manutenção da qualidade ambiental sejam garantidas. É importante que a informação sobre o assunto exista já que ultimamente têm ocorrido alguma desinformação nesta matéria, o que traz alarmismo público, pelo que é importante que tudo esteja claro. Este arranque da fase de experimentação da central tem prejudicado muito o hotel, quer ao nível do ruído quer das poeiras, exemplificando com a instalação fotovoltaica propriedade da empresa que representa, uma das maiores em Portugal, cujos custos de manutenção triplicaram nos últimos meses, ou seja, a limpeza e manutenção dos painéis é hoje feita três vezes mais do que há alguns meses atrás, com todos os custos inerentes a esse aspeto. É muito importante que tudo se resolva e que o município nos dê garantias que estas preocupações deixarão de existir no futuro. Todos os investimentos são bem-vindos, mas não devemos estar a prejudicar os outros.

Fernanda Andrade – Disse ser residente na zona da central de biomassa e que não têm sido fáceis os últimos meses para os residentes na zona circundante. É a favor do desenvolvimento mas não a qualquer custo pelo que se deveria ter ponderado todos os aspetos quando se assinam contratos desta dimensão. Não foi feito um estudo de impacto ambiental, já que existem aqui várias vertentes de poluição, que não foram tidas em conta. De seguida perguntou qual a quantidade de água necessária pela central de biomassa para poder laborar e onde a vão buscar. Vê gastar-se o mais precioso bem que temos para o funcionamento de uma indústria que trabalha essencialmente à base da utilização da água. Na zona existe uma grande escassez de água para aquilo que é essencial e depois coloca-se um empreendimento com aquela dimensão naquele local. Os danos causados à saúde das pessoas na zona já estão feitos ao longo destes meses sem dormir. As pessoas têm a sua vida, com crianças e pura e simplesmente não tem direito ao descanso. Trata-se de uma questão de saúde pública pelo que pergunta quantos milhões vale a saúde das pessoas, ou se os investimentos valem mais. Muitas vezes vê-se na central muita fumaça branca, pergunta se não existe o risco de um acidente naquela autêntica panela de pressão gigante, provocado por um erro

técnico. Para além da problemática da saúde também a desvalorização dos terrenos a preocupa. Os impactos negativos na fauna, na flora e a água necessária que não se sabe onde se vai buscar também são questões pertinentes. Finalmente informou que todos na zona são a favor da deslocalização do empreendimento.

Presidente da Câmara – Relativamente às infraestruturas na zona da Grameneza disse que gostava de poder dizer que íamos ter capacidade para resolver todos os alcatroamentos solicitados, mas não o pode dizer, pelo menos neste momento. Existe um processo de concurso a decorrer que vai permitir pavimentar alguns caminhos naquela zona mas não tem a certeza se chega a todas as casas aqui mencionadas. Por outro lado estamos em revisão do PDM e as zonas denominadas de periurbanas do Fundão, são os casos mais sensíveis que temos de decidir, tal como temos de decidir qual a zona de ampliação da Zona Industrial do Fundão, que na sua opinião passará sempre pelo lado contrário da autoestrada A23. Também não podemos fomentar que cresçam casas como cogumelos fora dos perímetros mais urbanos, já que isso não é sustentável porque não é possível fazer tudo em todo o lado. Sobre a central e biomassa afirmou que a própria empresa devia ter dado mais explicações públicas sobre este processo e que era bom que se criassem condições para uma visita à central para “in loco” todos verificarem as condições de funcionamento e tirar todas as dúvidas. Confirmou a informação de que a partir do momento em que o ar é descarregado na atmosfera faz um barulho brutal e que segundo lhe foi explicado isso resulta do trabalho da limpeza de todo o sistema de canalização existente, que irá terminar quando a central estiver a trabalhar em pleno. Tecnicamente irá passar-se a funcionar com ligação direta às turbinas e enquanto isso não acontecer a única coisa que pode dizer é que a central vai parar, porque aquele barulho não pode continuar. A câmara municipal vai estar na primeira linha a monitorizar tudo o que ali se passa e acredita que com bom senso e com a legalidade esta questão vai ultrapassar-se, sempre com enorme acompanhamento e transparência, assim o exige.

Finalizado este período, o Senhor Presidente em exercício deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19.00 horas. Da sessão se exarou a presente ata que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário Maria do Carmo Pires Nogueira

VOTAÇÕES DAS PROPOSTAS

2. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação das Contas Consolidadas do ano 2018”, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro – APROVADA POR MAIORIA

3. Apreciação e votação da Proposta - Transferência de competências para as autarquias locais no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, para o ano de 2019 - Diploma Setorial da Educação (D.L. n.º 21/2019, 30.01) - APROVADA POR MAIORIA

4. Apreciação e votação da Proposta - Transferência de competências para as autarquias locais no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, para o ano de 2019 - Diploma Setorial da Saúde (D.L. n.º 23/2019, 30.01) - APROVADA POR MAIORIA

5. Apreciação e votação da Proposta - Declaração de Interesse Municipal e Redução de IMT – Green Donation, Lda”, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - APROVADA POR MAIORIA

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Secretários da Mesa

Exmo Sr. Presidente de Câmara e Srs. Vereadores

Membros da Assembleia Municipal

Srs. da Comunicação Social

Minhas senhoras e meus senhores

Luís Cerdeira Reis, que recentemente nos deixou, foi Presidente de junta do Salgueiro- Três Povos e, por inerência membro desta assembleia durante vários mandatos.

Na evocação de um dos ploneiros do poder local democrático do nosso concelho, urge honrar a memória coletiva dos homens e mulheres que nunca vacilaram na defesa das suas comunidades, onde não podem permanecer ignoradas as ações que moldaram os difíceis caminhos que nos levaram à infra-estruturação básica das nossas freguesias.

Teve um longo e exemplar percurso de dedicação á causa pública, em especial, à sua comunidade freguesial.

É nosso dever prestar umas merecidas e singelas palavras a quem fez da sua terra o seu trabalho, do povo a sua missão, mercê das suas muitas e estimáveis qualidades, o seu percurso sirva de esperança para o poder local e que com o seu exemplo consigamos todos uma melhor democracia local: mais aberta, mais transparente, mais próxima dos cidadãos, valorizando sempre o espírito de serviço à população.

Propomos a esta Assembleia um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luís Cerdeira Reis

AMF 28.06.2019

Informação escrita

O PSD do Fundão congratula-se com a visita do Sr. Primeiro Ministro ao Fundão para assinatura de protocolos de investimento em duas áreas identificadas como altamente estratégicas para o Concelho do Fundão, em que a Câmara Municipal do Fundão tem alimentado através da criação de uma rede de parcerias e contactos cujos resultados estão à mostra:

1. Na inovação, tecnologia e serviços, o Sr. Primeiro Ministro chancela a um novo contrato de investimento da Altran que prevê no seu plano de investimento criar mais 200 postos de trabalho entre o Fundão e Vila Nova de Gaia;
2. Na aposta na agricultura e na diversificação dos produtos, o Sr. Primeiro Ministro assina um contrato com a empresa Vera Cruz, na freguesia da Capinha, um projecto classificado como PIN (Projecto de Interesse Nacional), que junta capital de investidores nacionais e brasileiros, criou já nesta fase oito postos de trabalho e prevê criar em fase de crescimento dezenas de novos empregos, um investimento de cerca de 10 milhões de euros e que ocupa uma área de 300 hectares de plantação de amêndoas destinadas à transformação e comercialização deste fruto.

Significativo, o local de assinatura dos contratos - Convento do Seixo Boutique Hotel & SPA, única unidade hoteleira do distrito que possui 5 estrelas, que resultou também na aposta estratégica deste Município na área do Turismo, através da atração de investimento privado na requalificação patrimonial de um antigo Convento que tanto diz ao Fundão e que ameaçava representar apenas uma antiga lembrança da nossa terra.

Comos se cruzam nesta visita, várias apostas ganhas do Município, como se de um puzzle se tratasse, em que o investimento privado, com a alavancagem do investimento público, se vai enraizando, criando postos de trabalho e riqueza para o Concelho.

Estamos certos, Sr. Presidente da Câmara Municipal do Fundão, que não desperdiçará esta oportunidade de confrontar o Sr. Primeiro Ministro com duas questões essenciais para a nossa vida coletiva, precisamente nos dois temas da visita:

1. Em primeiro lugar, dar conta do desejo e da necessidade de instalar um pólo universitário ou politécnico na Fundão nas áreas tecnológicas e de serviços, que dê resposta mais local à necessidade de mão-de-obra qualificada das empresas, qualificando o cluster da inovação que abrange os serviços, tecnologia, metalomecânica entre outros;
2. Por outro lado, reforçar o apelo para que o Regadio Gardunha Sul possa avançar muito em breve, complementando o Regadio da Cova da Beira, uma necessidade premente para que seja maximizado o aproveitamento dos férteis solos a Sul da Gardunha para a produção frutícola essencial ao desenvolvimento do concelho e da região, e por essa via criar riqueza e aumentar a auto-suficiência agrícola do nosso país.

Queria falar mais uma vez da Central Biomassa, o Bloco de Esquerda tem vindo a falar dela todas as assembleias e a resposta que temos tido é que não precisa de estudo de impacto ambiental e foi aprovada por unanimidade por se julgar um investimento positivo para o Fundão. No entanto a Câmara Municipal pediu uma contra ordenação á dita empresa, por existirem queixas de mau cheiro e ruido.

Afinal a Câmara Municipal agora já não se mantém favorável á continuação deste projecto?

Chegaram até nos queixas relativas ao mercado de cereja na zona industrial. Os vendedores e compradores queixam-se do mau cheiro que dizem ser da ribeira que ali passa, por outro lado queixam-se pelo facto de não existir wc. Muito podia ser melhorado naquele espaço visto ser a cereja ser um dos cartões de visita da cidade.

Outro dos assuntos que me traz aqui continua a ser o das alterações climáticas, mais propriamente o gasto excessivo de água. Com a precipitação média anual a diminuir cada vez mais é urgente repensar atitudes.

De que forma é que o regadio vai beneficiar os nossos interesses?

Servirá ele para esgotar um recurso natural tão valioso em prol das produções em massa?

Ou por outro lado deveríamos incentivar a agricultura sustentável?

Por fim trago também uma moção sobre o risco ambiental no Cabeço do Pião, uma moção que serve para mostrar a nossa preocupação pelo risco ambiental da escombreira das lamas.

MOÇÃO - RISCO AMBIENTAL NO CABEÇO DO PIÃO

Considerando que, e segundo a Agência Portuguesa do Ambiente, o Rio Zêzere tem fugido a uma forte poluição decorrente das Minas da Panasqueira e da escombreira do Cabeço do Pião, muito graças a ter uma monitorização da qualidade da água do rio e as requalificações feitas nas ETARs pela empresa Beralt Tin and Wolfram Portugal S.A. Mas também porque é a principal fonte de abastecimento de água a Região da Grande Lisboa, a partir da albufeira da Barragem do Castelo do Bode, servindo cerca de três milhões de pessoas;

Considerando que foram publicados estudos feitos pelo Instituto Superior Técnico quer pela Faculdade de Engenharia do Porto que dão nota de risco ambiental iminente derivado da escombreira do Cabeço do Pião;

Considerando que através dos mesmos se soube da existência no concelho do Fundão, no Cabeço do Pião, de uma escombreira onde ao longo de oitenta anos foram sendo acumulados detritos mineiros retirados da exploração das Minas da Panasqueira;

Considerando que naquele depósito estão materiais pesados como zinco, chumbo, cobre, volfrâmio, arsénio, ferro, entre outros e que a barragem existente apresenta já bastantes fissuras que fazem escorrer para o rio Zêzere, águas lixiviosas com aqueles metais;

Considerando que estudos desenvolvidos por varias entidades científicas e ambientais, falam em risco de colapso da barragem de lamas, com elevado teor de arsénio que pode vir a contaminar o rio Zêzere e todo o ecossistema envolvente;

Considerando que foram mencionados vários estudos, teses de mestrado e doutoramento do Instituto Superior Técnico que apontam para o real perigo de haver deslizamentos de parte ou da globalidade da barragem de lamas em directamente ao rio;

Considerando que a jusante da escombreira estão várias povoações como a Barroca do Zêzere, Dornelas do Zêzere, Porto das Vacas, Janeiro de Cima, Janeiro de Baixo, Esteiro, Cambas, até se entrar no espaço da albufeira da Barragem do Cabril;

Considerando que a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto descobriu em análises que realizou, uma grande concentração de arsénio nas lamas do Cabeço do Pião, muito superiores ao normal. Os mesmos estudos referem que o arsénio é tóxico por ingestão e contacto e é cancerígeno por inalação, ingestão, também por contacto dérmico. Em caso de ruptura da barragem, que é um cenário provável, serão libertados centenas de milhares de metros cúbicos de material transportado pelo rio Zêzere, com elevadas concentrações de arsénio, com consequências ambientais extremamente graves;

Considerando que na componente tóxica, conclui o estudo, que a população local esta sujeita a riscos ambientalmente inaceitáveis. Do ponto de vista cancerígeno, os riscos para as populações são igualmente inaceitáveis, dado que estão sujeitas a um risco cancerígeno muito mais elevado do que os valores estabelecidos como aceitáveis;

Considerando que o Ministério do Ambiente tal como a DGEG conhecem a situação, é imperativo a resolução célere deste grave problema;

Considerando que foram ainda citadas as conclusões de um estudo do Instituto Superior Técnico sobre as consequências do aluimento da barragem, considerando que o escoamento das lamas após o aluimento da escombreira é um risco real para a qualidade das águas em vários pontos do Rio Zêzere. Este depósito de ferro e arsénio com elevadas concentrações de outros metais poderá chegar a vários reservatórios de água, representando um foco gravíssimo de poluição de água que serve o abastecimento público de vários concelhos;

Handwritten signature

Nestes termos, a Assembleia Municipal do Fundão, reunida em Sessão Ordinária, no dia 28 de Junho de 2019, deliberou:

Mostrar à preocupação pelo risco ambiental iminente que se encontra no Cabeço do Pião derivado da escombreira das lamas;

Reclamar a adopção de medidas urgentes que salvaguardem e minimizem o problema existente no Cabeço do Pião;

Transmitir o teor desta Moção a Sua Excelência o Senhor Ministro do Ambiente, ao Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação da Assembleia da Republica, bem como a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da Republica, a APA e a DGEG;



Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Sr. Presidente da Câmara
Srs. Membros da Assembleia Municipal
Srs. Vereadores
Comunicação social
Staff de apoio à AM
Senhoras e Senhores

Vivem-se tempos complicados, ou mesmo difíceis, para a imagem pública da honorabilidade do exercício do poder local democrático.

Partindo de notícias sobre investigações em curso e com base em peças jornalísticas que são mais opinião que de informação (estilo “encontrar autarquia sem corrupção é como procurar virgem em bordel”) procura criar-se a ideia que todos os que exercem cargos em autarquias, são corruptos.

Entendamo-nos, face aos indícios que são tornados públicos, é lícito ao cidadão exigir o apuramento da verdade. Porém tal exigência não pode ser baseada na especulação ou no julgamento em praça pública.

Nunca é demais salientar, e reafirmo-o aqui, é à justiça que cabe a responsabilidade de investigar, apurar os factos, garantir o direito ao contraditório e proferir a sentença.

Porém, face ao alarme geral criado, os eleitos autárquicos não podem ficar indiferentes e olhar para o lado como se nada estivesse a acontecer. Até porque o que está em causa é mais uma machadada na já debilitada confiança dos eleitores nos seus eleitos, com consequências na participação política dos cidadãos.

Como disse, é legítimo exigir-se o apuramento da verdade, mas acima de tudo é necessário que sejam implementados modelos e práticas de gestão que sejam dissuasoras e preventivas da corrupção.

Mais, é necessário que essas práticas sejam do conhecimento público e percecionadas como corretas, para que a confiança que ainda existe seja mantida e se reganhe a que foi perdida.

Nesse sentido há muito que ainda pode ser feito (corrigido e/ou melhorado) no município do Fundão.

Como alguém referiu, sem uma forte cultura de ética pública não há equidade, transparência, responsabilidade, eficiência e ausência de conflito de interesse. Esta ética não se pode confundir com o mero respeito pela formalidade legal. Não questiono o cumprimento das formalidades legais, há, porém, situações neste município, em que a conflitualidade de interesses é, no mínimo questionável e não ajuda a uma clara perceção de ética pública.

Por outro lado, como já aqui referi, a questão da transparência é uma questão fundamental. (Devo confessar que a palavra em si não é do meu agrado, prefiro o conceito de prestação de contas e de informação clara e completa sobre a atividade autárquica nos seus vários aspetos.)

E há práticas que, claramente, não ajudam à perceção de uma límpida transparência que vá para além dos índices, baseados em páginas e não em factos.

Não ajuda a existência de acordos cujo conteúdo não possa ser divulgado pública e integralmente. Sim, estou a falar do acordo CMF e ALTRAN!

Não ajuda a não existência de critérios claros na definição de apoios a instalação de “startups” e outros. Sim, estou a falar das lojas arrendadas e atribuídas a “alguns”!

Não ajuda o desconhecimento de critérios de escolha de produtores locais a serem promovidos e divulgados. Sim, estou a falar do Clube de Produtores Locais (que não é, de facto, um clube com associados com iguais direitos e deveres).

Não ajuda o desconhecimento das razões que levam, na promoção da cereja, se dê exclusividade a uma entidade. Sim, estou a falar da CerFundão, quando a cereja do Fundão é comercializada por outras estruturas locais com relevância na economia, designadamente de Alcongosta!

Handwritten signature

Não ajuda a falta de resposta do Sr. Presidente a questões colocadas nesta Assembleia, sobre condições de, por exemplo, mudança de instalações decorrentes de obras de interesse municipal. Sim, estou a falar da reinstalação do ex-inquilino do antigo Colégio de Santo António nas antigas instalações da IFAL!

Poderia continuar com outros exemplos.

Permitam-me um apontamento relativamente à agência Gardunha XXI. Porque a sua atividade é de forte interesse para o município, e porque a CMF é parceira fundamental, é conveniente que a sua atividade e contas, particularmente no que diz respeito àquelas que envolvem o município, sejam claras e completas, para que seja excluído qualquer razão de suspeita. É que, quem for consultar a página da contratação pública encontra ali informação, que no mínimo é questionável. E o que se diz relativamente a esta agência aplica-se a outras entidades com as quais a CMF tem relação similar.

Já agora, sobre corrupção e investigações, era de esperar que os membros desta assembleia tivessem informação do Sr. Presidente da Câmara sobre o que o que se passou no que diz respeito ao município do Fundão. É que o que sabemos resulta apenas de comunicado da PJ, veiculados pela Comunicação Social.

Sem colocar em causa a regularidade de qualquer decisão que tenha sido tomada deixa-se aqui apenas alguns exemplos de práticas que podem ser melhoradas permitir uma real fiscalização da atividade por parte desta Assembleia bem como uma perceção pública de correção de decisões, práticas e contas.

Tal só poderá contribuir para a melhorar a imagem do poder local democrático que, como disse, tão mal anda nestes dias.

ANEXO 6


Há um certo tipo de ambientalista que quer sol na eira e chuva no nabal. Que não aceita menos do que um mundo perfeito. Um mundo com azeite barato, mas sem olivais intensivos; com carros elétricos, mas sem prospeção de lítio; com energias renováveis, mas sem barragens nem eólicas; com floresta, desde que seja a do Capuchinho Vermelho. Um mundo que não existe

O ambientalista simplório quer acabar com os combustíveis fósseis. Quer energia limpa, sem emissões de gases com efeito de estufa. Mas não quer barragens, porque as barragens destroem ecossistemas. Não quer eólicas, porque as "ventoinhas" estragam paisagens e perturbam os animais. Não quer energia nuclear, porque produz lixo radioativo.

O ambientalista simplório quer florestas, porque precisamos de árvores para absorver dióxido de carbono da atmosfera. Mas quer escolher as árvores. Não quer eucaliptos, não quer floresta de produção. Quer a floresta do Capuchinho Vermelho, porque sempre viveu na cidade e julga que as florestas são assim. Quer dizer a cada proprietário o que pode plantar e ainda obrigá-lo a tratar do terreno, num serviço gratuito, abnegado, para benefício da "sociedade".

O ambientalista simplório grita "oiçam os cientistas", quando os cientistas lhe dizem o que ele quer ouvir. "Oiçam os cientistas: estamos a destruir o planeta com as alterações climáticas." Mas, quando os mesmos cientistas dizem que "os transgénicos não fazem mal nenhum e podem ser uma mais-valia para o ambiente e para a humanidade", o ambientalista simplório berra: "Os cientistas estão a soldo das multinacionais."

O ambientalista simplório quer agricultura biológica, porque não gosta de "químicos". Mas esquece-se de que tudo são químicos, do oxigénio que respira ao sulfato de cobre usado, tal como centenas de outros produtos "naturais", na agricultura biológica. Esquece-se de que a agricultura biológica precisa de mais espaço, valioso espaço, para produzir a mesma quantidade que a agricultura convencional, e que esse espaço terá de ser ganho à custa da desflorestação.

O ambientalista simplório quer que toda a gente se torne vegetariana, ou vegan, e acabar com a produção animal. Mas ignora que sem produção animal todo o fertilizante usado para cultivar os seus vegetais terá de ser artificial, e "ai, Deus nos livre dos químicos".

O ambientalista simplório quer acabar com os jardins zoológicos, porque, não, os animais não podem estar em cativeiro, fechados a vida toda num espaço limitado. Mas abre uma exceção para gatos e cães (e coelhos, vá), menos animais do que os outros. Esses podem viver quase desde

que nascem até ao dia em que morrem trancados num apartamento de 50 metros quadrados, que é para o bem deles.

O ambientalista simplório é contra o desperdício alimentar. Mas não quer conservantes na comida nem delícias do mar nem nada que seja feito com restos de comida.

O ambientalista simplório só cozinha com azeite, essa oitava maravilha para a saúde. Mas vocifera contra os olivais intensivos no Alentejo. Produzir azeite em grande quantidade é a única forma de lhe baixar o preço e torná-lo acessível a todos? Os pobres que comam bolos.

O ambientalista simplório chora a morte de cada rinoceronte e tigre. Mas defende com unhas e dentes a medicina tradicional chinesa que está por trás da perseguição a rinocerontes e tigres, para fazer pós milagrosos com os seus cornos e ossos - porque as medicinas alternativas são naturais e, lá está, o que é natural é bom (desde que não seja sal, cogumelos venenosos, arsénio, amianto, mercúrio, antraz, urtigas, malária, raios ultravioletas, etc, etc, etc).

O ambientalista simplório faz campanhas para que se coma "fruta feia", julgando que os agricultores mandam para o lixo tomates e maçãs que não interessam aos supermercados. Mas ignora que esses tomates e essas maçãs disformes se transformam em ketchup, sumos e outros produtos, que obviamente não são feitos com vegetais e fruta topo de gama.

O ambientalista simplório quer comer peixe. Mas não pode ser capturado no mar, porque a pesca não é sustentável, e não pode ser de aquacultura, porque tem antibióticos, e garantidamente não pode ser geneticamente modificado, porque viu um desconhecido no YouTube que dizia não sabe o quê, já não se lembra bem.

O ambientalista simplório quer que haja mais carros elétricos nas estradas. Mas é contra a prospeção de lítio, essa insustentável fonte de poluição do ar, dos solos, das águas, e escreve-o nas redes sociais, teclando furiosamente no seu telemóvel com bateria de lítio.

que

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e membros da mesa

Sr. Presidente da Câmara e vereadores

Srs. Membros da Assembleia Municipal

Srs. da comunicação social

Senhoras e Senhores

Antes de mais uma correção, o concerto de Páscoa da Academia de Música e Dança do Fundão não se realizou na Igreja Matriz do Fundão, mas sim na Igreja Matriz do Souto da Casa. Aparentemente o pároco do Fundão não gosta da Academia, por um lado ainda bem, ganham as outras freguesias.

Com a leitura da Informação Escrita do Senhor Presidente continuamos a poder observar uma atividade aparentemente frenética do nosso executivo. A verdade é que muitos temas se repetem:

- O regadio a sul da Gardunha, que conversa após conversa, não arranca. Depois de reuniões e projetos o que é que pode e está a ser feito para que o poder central assuma tal empreendimento, como lhe compete?
- O FabLab, o CoWork e a incubadora do costume com as suas startups que nunca chegamos a saber se chegam a crescer, quanto nos custam e que retorno efetivo nos trazem;
- O apoio ao centro de formação da Altran, perdão, o apoio a diversos eventos e formações muito tecnológicas.

Handwritten signature

- O eterno projeto em construção do nosso cinema, desta vez outra vez com paternidade, mas sem fim à vista;
- A miragem da Medicina Nuclear e da valorização do Hospital do Fundão, que de reunião em reunião vai passando o tempo e pode ser que ninguém dê conta que não há nada em construção. É que a justificação da transferência, há meses, da consulta aberta, para o centro da saúde foi a instalação do estaleiro de obras. Porém, na sua informação apenas e referido o “Projeto de arquitetura de execução de alteração do rés-do-chão do antigo hospital do Fundão”. Cuidado com o que se diz e escreve. É antigo hospital do Fundão? Será que na perspetiva de quem titula o projeto, o hospital do Fundão já foi. Ou será antes antigo edifício do (ainda atual) Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira – Hospital do Fundão?
- A Agencia Gardunha 21, essa espécie de braço projetista da camara do Fundão, com dinheiro fresquinho para o Turismo na Gardunha, que além de ansiarmos também tememos, por favor protejam a Gardunha...
- As obras em curso, que se arrastam por tempo indeterminado, ainda não percebi se é para termos a ideia que se está sempre em obras, ou se estão sempre a mudar de ideias. Mas os perigos e transtornos que algumas delas, com mais de meio ano, vêm causando aos fundanenses esses são bem reais e mantêm-se.

Handwritten signature

- As 158 casas arrendadas pela Câmara do Fundão, sendo que nem uma é para habitação social, e que estrangulam o arrendamento na cidade.
- Das necessárias e urgentes obras de recuperação do pavimento parece que nos ficamos pela nacional 238 e apenas entre Fundão e Souto da Casa era preciso mais. Mas, estranhamente, apesar de afirmar na sua informação que já está em execução, de máquinas e obras nada.

A propósito desta obra vale a pena lembrar que esta é sem dúvida uma das estradas com mais espetaculares panorâmicas da Cova da Beira. Deixo aqui a pergunta: está-se, de alguma forma, a ter em atenção as sugestões, bem fáceis de implementar, de criação de alguns miradouros? Seriam uma mais-valia.

Enfim e podia continuar. A atividade é muita e tenho medo de vos cansar, além de que já conheço o discurso do senhor presidente e dos senhores vereadores, não anseio ouvi-lo mais uma vez.

Vem aí mais um Verão, as cerejas, as festas, a propaganda e pronto, lá nos vamos entorpecer sem que a realidade mude, ou mude para pior sem darmos conta. Mas ainda estamos no mês de todas as esperanças, pode ser que no mês de junho a informação escrita do presidente nos traga algum destes problemas resolvidos.